

Toques&Dados

Informativo do Sindados - MG - 2ª Quinzena - Junho de 2020

CAMPANHA SALARIAL 2020 - PRODABEL



Histórico da Campanha Salarial 2020:

Os trabalhadores da PRODABEL aprovaram, no último dia 05 de março, a Pauta de Reivindicações, que foi imediatamente protocolada na Empresa, dando início à Campanha Salarial 2020.

Com a pandemia e a definição do trabalho em casa (home office), a representação dos trabalhadores e a direção da Empresa acertaram, por duas vezes, a prorrogação da Garantia da Data-Base até 30/06/2020.

Aconteceu em 17/06, por teleconferência, a primeira mesa de negociação da Campanha Salarial 2020.

No meio do caminho:

Em 11/03, através do Comunicado nº 31 da direção da Empresa, os trabalhadores foram informados do aumento da contribuição previdenciária, determinada pela "Reforma Previdenciária" bolsonarista, em continuidade às agressões aos direitos dos trabalhadores brasileiros.

Conflito da negociação:

Para nossa surpresa, no dia 16/06, véspera da reunião (mesa de negociação), fomos informados pela diretoria da Empresa que não seria permitida a presença da Comissão Representativa dos Trabalhadores (CRT) na videoconferência de negociação, agredindo toda uma História construída na PRODABEL, de ampla e democrática

participação dos representantes dos trabalhadores na Campanha e nas mesas de negociação.

Após reunião entre Sindicato e CRT, as representações decidiram que a reunião deveria acontecer entre o Sindicato e a Empresa. Todavia, ficou definido que deveria ser registrado o protesto das representações contra esta decisão da PRODABEL, que em meio à tantas dificuldades que já estamos vivendo com a pandemia, só pode ser considerada uma crise absolutamente desnecessária, criada pela direção da Empresa. Os registros de indignação foram feitos.

A negociação em si:

Os representantes da empresa, que sempre vêm pra negociação com um discurso "gente boa", mas uma prática nem tanto, baseados numa LEI BOLSONARISTA, que parece que o prefeito KALIL também decidiu caminhar junto com Bolsonaro e seguir, a Lei Complementar 173, chegou à mesa com a proposta de ZERO DE REAJUSTE. Para os trabalhadores, a lei de Bolsonaro determina reajuste ZERO, porém, para os banqueiros ele liberou R\$ 1,2 TRILHÕES.

A representação dos trabalhadores repudiou esta proposta, mostrando que além da perda determinada pela inflação, os trabalhadores, neste ano, já tiveram redução de seu salário líquido, com o aumento da contribuição previdenciária.

Ainda sem muita evolução, as partes acertaram a prorrogação da Garantia da Data-Base até 30/07/2020, e se comprometeram a refletir sobre os argumentos apresentados na reunião de parte a parte.

**EM DEFESA DE NOSSOS SALÁRIOS
E NOSSOS DIREITOS!
FILIE-SE AO SINDADOS-MG!**